

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.606.758 - PE (2016/0152932-9)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : JOAO CARLOS MUNIZ
ADVOGADOS : LEUCIO DE LEMOS FILHO - PE005807
KATARINA KIRLEY DE BRITO GOUVEIA E OUTRO(S) -
PE026305
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE QUE, EM VEZ DE ACOLHER A PRELIMINAR DE NULIDADE POR OFENSA DO ART. 535 DO CÓDIGO BUZAID, O ARESTO EMBARGADO DEVERIA TER PROCLAMADO A ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO. TODAVIA, AGE EM COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO A PARTE QUE, TENDO SUSCITADO EM RESP A VIOLAÇÃO DO CITADO DISPOSITIVO, SE INSURGE AO ARESTO QUE ACOLHE INTEGRALMENTE ESSA PRETENSÃO, REQUERENDO, EM VERDADE, A REJEIÇÃO DA PRELIMINAR PARA SER APRECIADO O MÉRITO. ACLARATÓRIOS DO DEMANDADO REJEITADOS.

1. Se o insurgente veicula Apelo Raro contendo preliminar para que se determine a devolução dos autos à origem, no afã de ser integrado o julgado lá emitido em Embargos de Declaração, não pode apor invectivas sobre o aresto desta Corte Superior que, em lícito controle de legalidade, acolheu a alegação de violação do art. 535 do Código Buzaid.

2. Na espécie, a Turma Julgadora, ao acolher a preliminar de violação do art. 535 do Código Buzaid, transcreveu no aresto embargado todos os pontos suscitados pelo recorrente, determinando, em arremate, que a Corte de origem emita pronunciamento sobre os vícios elencados.

3. Por essa razão, não se justificam insurgências ulteriores da parte beneficiada pela determinação de retorno dos autos à origem para afastamento de vícios em Embargos de Declaração.

4. Aclaratórios do demandado rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa (Presidente) e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília/DF, 12 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento).

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

